



Ata Nº 01/13

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e treze, pelas 15h00, no ginásio do COP de Coimbra, reuniu em primeira convocatória a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Natação, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Discussão e votação do Relatório de Contas e de Actividades do ano de 2012; --
2. Apreciação, discussão e aprovação da proposta de alteração do artigo 8º dos Estatutos, apresentada pelo delegado Manuel Pereira;-----
3. Apreciação do pedido de suspensão de funções por parte do Delegado Rui Luis Batalha Moreira; -----
4. Apreciação, discussão e votação da Proposta de remuneração do Vice-Presidente Manuel Freitas de Oliveira; -----
5. Apreciação, discussão e votação da concessão de uma autorização à Direcção para efectuar a resolução ou cessão da posição contratual relativamente às obrigações contratuais assumidas em relação ao imóvel onde funciona o Campus Aquático de Montemor-o-Velho; -----
6. Diversos -----

A Mesa foi presidida pelo Vice-presidente Luis Liberato Baptista, coadjuvado pelo Secretário António Moreira e pela Assessora Jurídica da FPN, Drª Margarida Dias Ferreira -----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respectivas presenças: -----

	Nome	Presente	Ausente
1	Alberto Mota Borges		█
2	Alberto Gaspar de Oliveira Filipe		█
3	Alexandre do Carmo da Luz Fernandes	█	
4	Alfredo António Gouveia Ferraria	█	
5	Aníbal Fernando Cabral Pires	█	
6	António Manuel Rodrigues Moura	█	
7	António Pedro Gaspar Damasceno	█	
8	Arseniy Lavrentyev		█
9	Augusto Mota da Silva		█
10	Carlos José Furtado Cruchinho	█	
11	Carlos José Oliveira Fernandes	█	
12	Carlos Manuel Martins de Freitas	█	
13	Elmano José Rosalino Almeida de Freitas	█	
14	Fernando António Moreira da Costa Xavier	█	
15	Gonçalo Viterbo Revez Abrunhosa e Sousa		█

16	Jan Gin Quon		
17	João Augusto Serra Alexandre		
18	João Luis da Silva Loureiro		
19	João Manuel Manso Sequeira		
20	João Paulo Fernandes		
21	João Paulo Soares Rodrigues		
22	José A.M. Carvalho Pinto da Nóbrega		
23	Manuel da Silva Pereira		
24	Maria Gabriel Barroca		
25	Maria Isabel Lima Mendes Pinheiro		
26	Maribel Santos Fernandes		
27	Mário António Rodrigues Correia Pereira		
28	Nuno Miguel Prazeres Batalha		
29	Nuno Rafael Cardoso Alves		
30	Paulo Alexandre Vilela Rebocho Amaral		
31	Paulo Jorge Ribeiro Marques		
32	Pedro André Carneiro Morais		
33	Pedro Mortágua Soares		
34	Rui Paulo Leitão Borges		
35	Simão Pedro Gomes Morgado		
36	Tiago Manuel Graça Mota e Costa		
37	Vera Cristina Nunes Costa		

Estiveram presentes no início da Assembleia 29 Delegados, com um total de vinte e nove votos.

O Presidente da Mesa iniciou a sessão, cumprimentando os presentes e de imediato, como ponto prévio, informou sobre a carta enviada pelo Senhor Presidente Comte. Vicente Moura a solicitar a renúncia por ter sido eleito e assumido as funções de vice-presidente do Sporting.

Em seguida propôs à Assembleia a cooptação da Dr.^a Margarida D. Ferreira para que a Mesa ficasse completa, o que foi devidamente aceite.

Dando seguimento à ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da FPN para apresentação do Relatório e Contas. Este apresentou o mesmo de forma muito sucinta, referindo que este exercício pertencia por inteiro à direcção anterior, e que o mais importante era que, independentemente de tudo, fosse efectuada a sua aprovação já que dependiam dessa aprovação as negociações com o IDPJ para o financiamento da FPN.

Aberta a discussão foi dada a palavra aos delegados intervindo em primeiro lugar o delegado Aníbal Pires, que questionou, sobre os tipos de contrato de trabalho em vigor na FPN e nomeadamente se tinha havido lugar a indemnizações por cessação de contrato, e quais os montantes; solicitou ainda quais os valores destinados a cada disciplina. De seguida usou da palavra o delegado João Paulo Fernandes tendo questionado a Direcção sobre assuntos relacionados com a Arbitragem,

nomeadamente sobre a tributação fiscal a que estão sujeitos os pagamentos efectuados aos árbitros. -----

Na resposta o Presidente informou, numa base de total transparência e frontalidade, terem sido pagas indemnizações num valor de cerca de 40.000,00 euros e que a questão tinha sido enviada ao Conselho de Justiça para confirmação da legalidade das mesmas. Salientou as boas relações existentes entre o Conselho de Arbitragem e a Direcção e o facto de terem chegado a acordo sobre as verbas destinadas à arbitragem, e a forma como em conjunto tinham encontrado uma solução que poderá ajudar a combater os encargos com a actividade, sem prejuízo do seu bom funcionamento e informou sobre as verbas a atribuir aos diferentes sectores. -----

Dada de novo a palavra aos delegados, interveio o delegado Jan Quon para solicitar esclarecimentos sobre a sujeição a IRS dos valores pagos aos árbitros, bem com o delegado Manuel Pereira que questionou sobre a legislação existente para o efeito. Falaram ainda o delegado António Damasceno que esclareceu que era uma legislação de 2011 sobre as bolsas de formação desportiva que regulava a tributação dos pagamentos efectuados aos árbitros e o delegado J.Paulo Fernandes que referiu a injustiça se a metodologia não for aplicada em todas as Associações. -----

Na resposta o Presidente informou ser uma questão referida nas auditorias efectuadas à FPN e que é uma questão a analisar e resolver. -----

Não havendo mais inscrições foi colocado à votação o Relatório de Atividades e Contas relativo a 2012, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção. -----

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, que já transitava de assembleias anteriores, foi o mesmo retirado pelo seu proponente, uma vez que a questão iria ser analisada pelo Conselho Consultivo, entretanto criado para estudo e reformulação dos regulamentos. -----

Relativamente ao ponto 3, inscreveu-se o delegado Jan Quon, que referiu, não sendo possível a substituição fazia sentido o pedido de suspensão, tendo em seguida o Presidente da Mesa referido que não havendo nada contra se aceitava a suspensão. --- Foi depois abordado o ponto quatro da ordem de trabalhos, pelo que o Vice-presidente, Manuel Freitas, interpelou a mesa para dizer que ia abandonar a sala enquanto decorresse a discussão deste ponto para obviar a qualquer constrangimento por parte dos presentes. -----

O Presidente da FPN apresentou a questão dizendo que tendo abdicado do seu salário, fazia todo o sentido que o vice-presidente pudesse receber uma compensação pelo trabalho que realiza na FPN, em regime executivo. Referiu ainda que essa situação representaria apesar de tudo uma enorme poupança em relação ao mandato anterior. -----

De seguida a palavra foi dada aos delegados, começando pelo delegado Tiago Costa, que após cumprimentar e desejar os maiores sucessos aos novos corpos sociais, solicitou esclarecimentos, sobre o facto do Presidente não estar a tempo inteiro e se isso não iria prejudicar o desempenho das funções estatutariamente definidas, pese embora reconhecesse muitas qualidades ao trabalho do Senhor Manuel Freitas, com quem aliás já tinha trabalhado anteriormente. -----

O Presidente da FPN usou da palavra para esclarecer que o facto de não ser um Presidente remunerado isso não queria dizer que não fosse um Presidente a tempo inteiro, e que tal como se encontrava no seu manifesto eleitoral cumpriu e continuará a cumprir os compromissos institucionais inerentes à sua função. Relativamente à proposta em discussão, envolvia um valor referente a dois salários mínimos nacionais mais ajudas de custo. -----

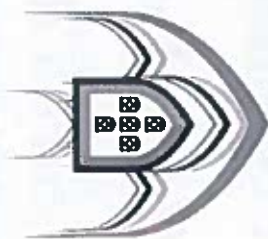
AP

O delegado António Damasceno solicitou também esclarecimentos sobre o as ajudas de custa que previstas para o Vice-presidente, e se como funcionário poderia este usufruir delas estando a residir em Lisboa, o que foi contraposto pela intervenção do delegado Alexandre Fernandes que expressou a sua opinião referindo que o Sr. Manuel Freitas não era funcionário da FPN mas sim Vice-presidente. -----
Não havendo mais inscritos foi a proposta posta à votação tendo sido aprovada por maioria com 26 votos a favor, uma abstenção e dois votos contra. -----
Seguindo a ordem de trabalhos com o ponto cinco, a palavra foi dada ao Presidente da FPN que o apresentou usando os diapositivos que se encontram em anexo, referindo a importância da decisão, dentro do estabelecido na proposta, pois de outra forma estaria comprometido o desenvolvimento dos projectos desportivos das disciplinas. -----
Aberta a discussão foi dada a palavra aos delegados tendo começado com o delegado Carlos Fernandes, que disse que da forma como foi apresentada a proposta este era um negócio ruinoso para FPN do ponto de vista financeiro, mas será que não poderia mesmo ter algum retorno no plano desportivo? -----
O Presidente respondeu, dizendo que muito poucos atletas tinham usado a casa de Montemor, e que havia muitos constrangimentos por parte do consórcio, referindo os elevados custos financeiros envolvidos. -----
O delegado Carlos Fernandes e também o delegado Mário Pereira questionaram qual seria a alternativa para os atletas caso se abandonasse este projecto tendo posteriormente respondido o Presidente que de forma rápida explicou quais as intenções da Direcção da FPN, para os centros de formação regulares e os centros de alto rendimento para nadadores residentes. -----
De seguida usou da palavra o Delegado António Damasceno, para questionar sobre a hipótese da localização de um centro de formação vir a ser em Coimbra, tal como foi noticiado num jornal regional. Usou também da palavra o delegado Simão Morgado, para afirmar, que já na altura tinha dúvidas sobre a pertinência do funcionamento do centro de Montemor, e que neste momento "acha que Montemor não fazia sentido". ----
O Presidente da FPN informou que a notícia a que se referia o Delegado António Damasceno sobre o centro de treino, aconteceu no seguimento da conferência de imprensa conjunta realizada com o senhor vereador responsável pelo pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Coimbra e na qual foi aberta essa possibilidade. Informou também de uma forma um pouco mais alargada sobre a forma pretendida para o funcionamento dos centros de alto rendimento que incluem uma política de parceria com as universidades de desporto, tirando também partido da sua localização para fixar os centros de formação e alto rendimento, iniciando uma primeira fase sem residência e numa segunda intervenção acrescentar a residência por exemplo em Rio Maior, onde já existem todas as condições para o efeito. -----
De seguida interveio o delegado Carlos Freitas, corroborando as dificuldades que os nadadores sentem em Montemor quer pelo facto da pista de nado se encontrar muitas vezes com muitos ramos subaquáticos, quer pelo tempo perdido nas deslocações, muito demoradas, à piscina de 50 metros mais próxima. -----
O Delegado Aníbal Pires também interveio para questionar sobre a possibilidade de empréstimo bancário para aquisição do imóvel. -----
Não havendo mais inscrições o senhor presidente da mesa colocou a proposta à votação tendo esta sido aprovada por unanimidade. -----
Entretanto saíram da sala os delegados Paulo Marques e Carlos Freitas. -----
Entrou-se então no último ponto da ordem de trabalhos, tendo pedido a palavra os delegados Pedro Soares, Mário Pereira, António Damasceno, e João Sequeira,
O Delegado Pedro Soares informou da realização do congresso da APTN em final de Abril p.f, e efectuou um pedido às Associações e à FPN para que considerassem a

data na elaboração de futuros calendários, tal como já tinha acontecido há anos para que todos os técnicos pudessem participar desse momento de formação. Os delegados Mário Pereira e António Damasceno colocaram questões sobre o porquê do abandono do anterior site institucional da FPN, com todo o seu registo fotográfico, para a criação de um novo site. O Presidente da FPN começou por informar que a anterior assessora de imprensa da FPN Rita Taborda, que efectuava os registos fotográficos ao serviço da FPN, paga com uma avença mensal de 900€ por mês no anterior mandato, tinha ameaçado a FPN com o recurso aos tribunais caso esta Direcção fizesse uso de alguma das fotografias, tendo por base os direitos de autor. Por outro lado, o acordo existente com a empresa criadora do site e que detinha a respectiva manutenção e alojamento, obrigava ao pagamento de uma verba mensal na ordem dos 4500€/mês, pelo que estavam a ser negociadas novas formas de comunicação com valores bastantes inferiores aos referidos. O delegado Aníbal Pires quis saber como é que uma prestadora de serviços se recusava a entregar o resultado do seu trabalho, pelo que o Presidente informou ser mais uma matéria para análise jurídica. Em seguida o delegado João Sequeira leu uma declaração que se encontra em anexo, relativa à situação associativa e estatutária da ANIC. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca das 17h15, tendo sido lavrada a presente acta, que vai ser assinada por si e pelo Secretário da AG. -----

Anexo 1
Act N.º 02/13



FPN
Federação Portuguesa de Natação

CENTRO NACIONAL DE PREPARAÇÃO DESPORTIVA DE NATAÇÃO MONTEMOR-O-VELHO

1

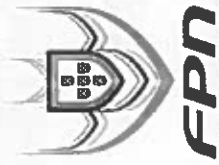


CENTRO NACIONAL DE PREPARAÇÃO DESPORTIVA DE NATAÇÃO MONTEMOR-O-VELHO

O Campus Aquático é composto por

- **12 quartos**
- **uma cozinha**
- **uma sala de refeições**
- **uma lavandaria**
- **uma sala de convívio**
- **uma sala de reuniões**
- **dois gabinetes técnicos e duas salas de fisioterapia.**





CNPDN

Contrato Inicial Implicações Financeiras

5

Previsão Valor a Despender Mar 2013 – Mar 2016

	Valor a pagar de sinal	107.948€
+	Custo com praticantes até Março 2016 (Média)	235.000€
+	Custo com Técnico até Março 2016	85.000€
=	Total de Previsão de custos	427.948€
+	Preço Remanescente do Imóvel	538.630€
=	Valor Total a Despender	966.578€



CNPDN

Histórico Desportivo

7

Praticantes em Regime Interno

Época 2011/ 2012

5 Praticantes

Daniela Pinto

Joana Silva

Diana Durães

Diogo Sousa

Helena Carvalho

Época 2012/ 2013

4 Praticantes

Joana Silva

Diana Durães

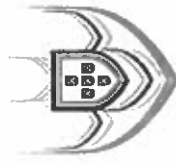
Júlia Lopes

Filipa Ruivo

(Saiu a 15 de Março)

Soluções

- 1. Manutenção do Acordo;**
- 2. Cessão da Posição Contratual;**
- 3. Resolução do Contrato;**
- 4. Empréstimo Bancário**



FPN
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO

CNPDN

Alterações ao Contrato - Implicações

11

Soluções

- 1. Manutenção do Acordo;**
- 2. Cessão da Posição Contratual;**
- 3. Resolução do Contrato;**
 - Implicações**
- 4. Empréstimo Bancário**

Acto à Actz
N.º 0413

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Geral da FPN

Restantes Membros da Mesa

Exmo Senhor Presidente da FPN

Exmos Senhores Membros da Direcção da FPN

Exmos Senhores Membros da Direcção da FPN

Exmos Senhores Delegados da Assembleia Geral da FPN

Exmos Senhores Presidentes das Associações

Gostaria em primeiro lugar de agradecer a Vossa atenção para a minha intervenção, esperando não me tornar maçador.

Mas porque têm sido vinculadas diversas informações sobre a situação da Associação de Natação do Interior Centro, que não correspondem minimamente à verdade e no intuito de, uma vez por todas a situação da ANIC ser devidamente esclarecida, gostaria de referir o seguinte:

Em 17 de Dezembro do ano de 2011, o então Presidente, bem como os restantes membros da direcção da ANIC, pediram a suspensão do seu mandato, que terminaria no final do ano de 2012, referindo, que só retomariam funções, quando obtivessem uma resposta, presume-se favorável, a uma consulta que haviam solicitado ao IDPJ, sobre o regime de incompatibilidades, uma vez que o Presidente da Associação era também o Presidente do Clube Elvense de Natação. Esta suspensão foi aceite e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o efeito, da qual se enviou cópia da acta, para conhecimento da Direcção da FPN.

Segundo a indicação e entendimento da Federação Portuguesa de Natação, só com esta suspensão de funções, seria possível desbloquear a verba do contrato-programa a celebrar com a ANIC.

Em face desta suspensão e do que rezam os Estatutos da ANIC as funções de gestão são asseguradas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral até à realização de novas eleições, mas como o Presidente ora suspenso, não abicou dessa suspensão, não foi possível convocar eleições até ao final do ano transato.

Enquanto eram asseguradas essas funções de gestão corrente, para que a Época desportiva continuasse a decorrer na maior normalidade possível, comprometeu-se a Mesa da Assembleia Geral da ANIC, perante a direcção da FPN de elaborar uma proposta de alteração dos Estatutos, nomeadamente, do seu artigo 25º (incompatibilidades), contando também com o apoio do Departamento Jurídico da Federação, que aproveitou para agradecer, o que se veio a verificar, com o pedido de Parecer Prévio ao Conselho Jurisdicional da ANIC, em 12 de Maio de 2012, conforme observam os nossos estatutos.

Vieram essas alterações estatutárias a receber parecer favorável do Conselho Jurisdicional da ANIC em Setembro desse mesmo ano.

Em 20 de Outubro de 2012, o Presidente da Mesa da Assembleia, convoca duas Assembleias Gerais, uma Ordinária para aprovação das Taxas e do Calendário Regional para a época desportiva 2012/2013 e uma outra Extraordinária, com o único ponto em agenda, a discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da ANIC.

A primeira Assembleia Ordinária realiza-se, e quando se inicia a Assembleia Extraordinária, ou seja a discussão dos estatutos, o Sr. Presidente do Clube Elvense de Natação e Presidente da Direcção com as funções suspensas, solicita a palavra para referir que é seu entendimento, que a discussão da alteração dos Estatutos, nessa altura e enquanto decorrer a votação para os novos Órgão Sociais da Federação Portuguesa de Natação é uma perca de tempo.

Apesar de não se perceber exatamente qual a ligação entre uma coisa e outra, o Presidente da Mesa coloca a proposta à votação, sendo aprovado por maioria a suspensão da Assembleia até à conclusão do processo eleitoral da FPN.

Já antes e por diversas vezes, vinha o Presidente da Mesa e Presidente em Exercício, alertando todos os Clubes Associados, que teriam que tentar encontrar uma solução para este problema e que as funções de Gestão estavam completamente ultrapassadas e não seria possível manter esta situação por muito mais tempo.

Concluído o processo eleitoral da FPN, em 19 de Janeiro de 2013, são convocadas duas Assembleias Gerais, uma Ordinária, para Eleição dos Corpos Sociais da ANIC para o Quadriénio de 2013/2016 e uma outra Extraordinária (em continuação) da que havia sido suspensa, para aprovação da alteração estatutária.

Infelizmente, esse dia 19, foi o sábado de um enorme temporal que se abateu sobre Portugal Continental, pelo que as Assembleias ficaram prejudicadas, por dificuldades de deslocação dos Clubes Associados, ainda que não tivesse sido apresentada qualquer lista aos Órgãos Sociais, mantendo-se a gestão corrente.

A 02 de Março do corrente ano, aproveitando a realização dos Campeonatos Regionais de Inverno, na cidade da Guarda, são novamente convocadas duas Assembleias Gerais, uma Ordinária, para Eleição dos Corpos Sociais da Associação e outra Extraordinária, para discussão da alteração Estatutária.

A primeira, mais uma vez, não foi possível realizar, por não apresentação de qualquer lista concorrente, realizando – se a segunda, e finalmente aprovando a alteração dos Estatutos.

Esta aprovação estatutária, já foi enviada para a FPN, para parecer prévio, e já se recebeu indicação positiva, pelo que se irá agora, tão rápido quanto possível, avançar para publicação em Diário da Republica.

Infelizmente, a questão eleitoral ainda não foi possível ultrapassar, estando o Presidente da Mesa da Assembleia, em colaboração com diversos Clubes Associados, a estabelecer

contactos, no sentido de se encontrar uma solução de compromisso, no mais curto espaço de tempo.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa, são estes os factos mais relevantes, que se têm passado na Associação de Natação do Interior Centro, e que podem ser devidamente comprovados, pelo que agradeço a V.Ex.^a. que à semelhança do que solicitei ao Exmo. Sr, Presidente da Direcção em reunião que teve a gentileza de me conceder seja tido em boa nota, esta minha intervenção, e se possível transcrita para a acta, para de uma vez por todas, se acabar com as inverdades e as informações trocadas sobre a Associação de Natação do Interior Centro.

Agradecendo mais uma vez a atenção dispensada e o tempo que lhes tomei, subscrevo-me com estima e consideração,

O Presidente em Exercício da ANIC,

A handwritten signature in blue ink, consisting of a long horizontal stroke followed by a series of loops and a final flourish.

Ata N° 02/13

Aos vinte e um dias do mês de Julho de dois mil e treze, pelas 20h30horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, sita na Avenida Dr. Carlos Bacelar, em Vila Nova de Famalicão, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Natação, em Sessão Extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação, discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento Rectificativo – 2013;
2. Apreciação, discussão e ratificação da decisão da Direcção de resolução do contrato promessa de compra e venda relativo ao imóvel do Campus Aquático de Montemor-o-Velho;
3. Diversos.

Por ausência de Luis Batista, previamente comunicada, e estando dos membros eleitos da mesa apenas presente António Moreira, este assumiu a direcção da reunião como presidente da mesa da assembleia geral em exercício, tendo proposto aos delegados presentes que para ajudar na execução dos trabalhos desta reunião fossem cooptadas para completar a composição da Mesa, as técnicas Margarida Dias Ferreira, assessora jurídica e Marta Bastos, técnica oficial de contas, o que foi aceite pela unanimidade dos delegados que então se encontravam presentes (21 delegados).

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respectivas presenças: -----

	Nome	Presente	Ausente
1	ALBERTO GASPAR DE OLIVEIRA FILIPE		
2	ALBERTO MOTA BORGES		
3	ALEXANDRE CARMO DA LUZ FERNANDES		
4	ALFREDO ANTÓNIO GOUVEIA FERRARIA		
5	ANÍBAL FERNANDO CABRAL PIRES		
6	ANTÓNIO PEDRO GASPAR DAMASCENO		
7	ARSENIY LAVRENTYEV		
8	AUGUSTO MOTA DA SILVA		
9	AVELINO DA SILVA		
10	CARLOS JOSÉ FURTADO CRUCHINHO		
11	CARLOS JOSÉ OLIVEIRA FERNANDES		
12	CARLOS MANUEL MARTINS DE FREITAS		
13	ELMANO JOSÉ R. ALMEIDA DE FREITAS		
14	FERNANDO ANTÓNIO M. COSTA XAVIER		
15	GONÇALO V. R. ABRUNHOSA E SOUSA		

16	JAN GIN QUON			V
17	JOÃO AUGUSTO SERRA ALEXANDRE	V		
18	JOÃO LUIS DA SILVA LOUREIRO	V		
19	JOÃO MANUEL MANSO SEQUEIRA			V
20	JOÃO PAULO FERNANDES			V
21	JOÃO PAULO SOARES RODRIGUES	V		
22	JOSÉ A.M. CARVALHO PINTO NÓBREGA	V		
23	MANUEL DA SILVA PEREIRA	V		
24	MARIA GABRIEL BARROCA			V
25	MARIA ISABEL LIMA MENDES PINHEIRO	V		
26	MARIBEL SANTOS FERNANDES	V		
27	MÁRIO ANTÓNIO R.CORREIA PEREIRA			V
28	NUNO MIGUEL PRAZERES BATALHA			V
29	NUNO RAFAEL CARDOSO ALVES			V
30	PAULO ALEXANDRE V. REBOCHO AMARAL			V
31	PAULO JORGE RIBEIRO MARQUES	V		
32	PEDRO ANDRÉ CARNEIRO MORAIS	V		
33	PEDRO MIGUEL QUEIROZ MEIRA CRUZ	V		
34	PEDRO MORTÁGUA SOARES	V		
35	RUI PAULO LEITÃO BORGES	V		
36	SIMÃO PEDRO GOMES MORGADO	V		
37	TIAGO MANUEL GRAÇA MOTA E COSTA	V		
38	VERA CRISTINA NUNES COSTA			V

No início dos trabalhos apenas estavam presentes 21 delegados, sendo que mais dois delegados chegaram alguns minutos depois, tendo assim participado em todas as votações 23 delegados, com um total de 23 votos.

O Secretário da Mesa, presidindo aos trabalhos, deu as boas vindas aos delegados presentes e anunciou as justificações dos delegados faltosos que previamente haviam anunciado essa ausência.

Em conformidade com o Ponto Um da Ordem dos Trabalhos, deu a palavra ao Presidente da FPN para apresentar o Plano de Actividades e Orçamento rectificativo para 2013. O Presidente da FPN justificou a apresentação de um Plano e Orçamento Rectificativo, apesar de não estar estatutariamente obrigado a tal, com a necessidade de tornar claro à Assembleia as medidas tomadas para fazer face aos sucessivos cortes nas dotações atribuídas pela Administração

Pública Desportiva de que foram alvo todas as Federações. O Presidente da FPN prosseguiu com a apresentação detalhada do Orçamento Rectificativo, acompanhando uma demonstração de slides que todos os delegados puderam observar.

Pediu a palavra o delegado Tiago Mota Costa, que começou por felicitar os atletas presentes nos Campeonatos do Mundo, agradecer à Direcção da FPN o facto de ter mantido a aposta nas selecções absolutas, e manter o seleccionador nacional, reforçando até o papel do mesmo. Igualmente fez notar que tem sentido o esforço feito na área da Comunicação, aumentando a rapidez e a quantidade de disponibilização de informação e fotos, mas entende dever ser reforçado a informação junto dos meios de comunicação social. Ainda no campo das actividades questiona em que medida se pretende racionalizar os custos com a organização de campeonatos e se existe o risco de os clubes serem penalizados com aumento nos preços das inscrições.

No que respeita ao orçamento, entende que é uma adaptação à realidade do país, sabendo-se que há cortes orçamentais, verifica que existem um esforço na obtenção de novas parcerias. E lança o desafio de saber o que está pensado para angariar receitas e ainda o de que na distribuição de verbas às associações, se garanta que estas cumpram com as suas actividades, designadamente ao nível da disciplina do Pólo Aquático.

Dada a palavra ao Presidente da FPN este esclareceu ser entendimento da Direcção que as Associações Territoriais fazem parte juntamente com a Direcção, do Projecto de Desenvolvimento da Natação e que o contrato programa entre a FPN e as associações deve prever uma alteração à matriz regional de apoio. Esclareceu ainda que apesar de ter a FPN sido confrontada com três cortes orçamentais, não perdeu nenhum patrocinador e até está em vias de garantir mais alguns. Mas também se torna necessário ir buscar receitas através da massificação da modalidade, designadamente no âmbito do desporto escolar. Mais afirmou não haver nenhuma previsão do aumento das taxas de inscrição para os clubes.

Não havendo mais inscrições foi colocado à votação o Plano de Actividades e Orçamento Rectificativo para 2013, tendo o mesmo sido aprovado com 22 votos a favor e uma abstenção.

Passando a referir-se ao Ponto Dois da Ordem dos Trabalhos, o Presidente da FPN apresentou sumariamente a proposta remetendo para o texto escrito, que havia sido previamente distribuído aos delegados, e fica em anexo à presente acta.

O delegado Fernando Xavier questionou se a autarquia de Montemor-o-Velho era também parte no processo e o delegado Simão Morgado se a decisão teria novamente que voltar a ser aprovada em Assembleia Geral. O Presidente da FPN esclareceu que os contratos assinados tinham apenas como signatários a

FPN e a entidade exploradora do Campus, e que se as negociações ficassem concluídas a bom termo não haveria mais necessidade de aprovações por parte da assembleia.

O Secretário da Mesa leu os últimos dois parágrafos da decisão para que os delegados não tivessem quaisquer dúvidas sobre a matéria a ser votada após o que se passou a votação, tendo a proposta (anexa) sido aprovada por unanimidade com 23 (vinte e três) votos a favor.

Passou-se ao Ponto 3 da Ordem dos Trabalhos:

O Delegado Simão Morgado recordou que tinham ficado pendentes de análise, após a anterior Assembleia Geral, as questões da legalidade das indemnizações compensatórias pagas a pessoas que tinham saído da FPN em final de Janeiro e a da recuperação do arquivo fotográfico.

O Delegado Alfredo Ferraria colocou a mesma questão do Delegado anterior relativamente às indemnizações compensatórias, e questionou ainda quanto ao valor das taxas de inscrição para as provas de Masters que considera serem demasiado elevadas. Quis também enaltecer o bom trabalho que tem sido feito em termos de comunicação escrita e visual e sugeriu que como forma de angariação de receitas se tente organizar eventos internacionais.

O Presidente da FPN esclareceu que os primeiros dois meses condicionaram fortemente a execução orçamental que a actual Direcção teve, pois houve alguns gastos exagerados nesses meses. No que respeita às compensações indemnizatórias, concluiu-se que foram efectuadas dentro do respectivo enquadramento legal. No que respeita ao arquivo fotográfico foi decidido não encetar qualquer actuação, apesar de eventualmente assistir razão à FPN do ponto de vista legal, e seguir em frente com as novas políticas de comunicação que têm sido implementadas. Em relação às inscrições dos Masters é uma situação que já existia, mas concorda que o valor poderá ser excessivo, mas está disponível para rever a situação.

O Presidente da FPN fez ainda a apresentação no novo texto do artigo 149º do Regulamento Geral, aprovado em Reunião de Direcção.

Nada mais havendo a tratar, o Secretário da Mesa, exercendo a presidência dos presentes trabalhos, agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia pelas 21h45m, tendo sido lavrada a presente ata que vai ser por si assinada.

NATAÇÃO
PURA

ÁGUAS
ABERTAS

PÓLO
AQUÁTICO



INSTRUIÇÃO
SINCRONIZADA

MASTERS

FORMAÇÃO

Alexo
Acto nº 02/13

PROPOSTA DA DIRECÇÃO

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO À DIRECÇÃO PARA RESOLUÇÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA DO IMÓVEL DO CAMPUS AQUÁTICO DE MONTEMOR-O-VELHO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO AO MESMO IMÓVEL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Na Assembleia Geral realizada em 19 de Novembro de 2011, e ao abrigo da competência exclusiva que lhe é conferida pela alínea h) do nº 1 do artigo 37º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Nataçao, foi autorizada a aquisiçao do prédio urbano sito na Rua 25 de Abril, s/n, Casal Novo do Rio, Montemor-o-Velho, inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1607 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o nº 2288, imóvel onde se encontrava instalado o Campus Aquático de Montemor-o-Velho.

Nos termos da mesma deliberaçao, a aquisiçao poderia ser efectuada pelo preço e condições que fossem acordadas, sendo a respectiva escritura pública de compra e venda a realizar até 15 de Abril de 2016, prazo este que poderia ser adiado por dois períodos sucessivos de 6 (seis) meses cada um, nos termos de contrato promessa de compra e venda entretanto celebrado. Mais ficou a FPN, na pessoa do seu legal representante, autorizada a praticar todos os atos jurídicos que se mostrassem necessários à boa prossecuçao da mencionada aquisiçao, e igualmente se ratificaram todos os atos que, por força da urgência na boa realizaçao do negócio haviam já sido praticados, designadamente o contrato promessa de compra e venda outorgado em 15 de Abril de 2011.

Essa deliberaçao e a autorizaçao na mesma contida não implicavam, conforme expressamente se especificou, a autorizaçao definitiva para a realizaçao da escritura pública de compra e venda a qual deveria ser sempre novamente submetida a deliberaçao da Assembleia Geral, como acto prévio à mesma, quando fossem conhecidas e definitivamente acordadas todas as condições de compra e venda.

A Assembleia Geral, reunida em 29 de Março de 2013, aprovou genericamente a proposta da actual Direcçao no sentido de dar o melhor seguimento, do ponto de vista financeiro e desportivo ao referido contrato promessa, podendo passar ou pela manutençao do contrato, ou pela aquisiçao em diferentes condições, ou ainda pela



resolução do mencionado contrato, preferencialmente por via extrajudicial, ou pela via judicial se fosse caso de haver fundamento para tal.

FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA:

No seguimento dessa autorização genérica, a Direcção analisou a situação contratual, as implicações financeiras a curto e médio prazo para a FPN, e teve em conta também a situação factual existente, isto é, a utilização que estava a ser dada ao Campus Aquático e os respectivos custos de manutenção que a mesma implicava.

Após uma primeira análise da situação e recolha da informação relevante designadamente em termos de análise de custos, a Direcção concluiu pela falta de sustentabilidade financeira do projecto, bem como da pouca rentabilidade em termos desportivos que poderia ser extraída da utilização do Campus.

Assim, foi entendimento da Direcção que não deveria ser dado cumprimento ao estabelecido no contrato promessa, isto, é, não deveria vir a celebrar-se a escritura pública que consubstanciaria a aquisição definitiva do imóvel.

De igual modo deveria cessar o contrato de prestação de serviços que assegurava a manutenção da utilização da casa.

Tendo em conta esta situação factual, efectuada uma exaustiva análise jurídica das consequências legais e financeiras que poderiam advir do não cumprimento integral do contrato, foi entendimento da Direcção tentar encontrar as soluções que, no panorama contratual e legal aplicável, melhor pudessem excluir, minimizar ou reduzir os prejuízos financeiros para a Federação.

Neste contexto, foram mantidas diversas reuniões e contactos negociais com a entidade promitente vendedora, findas quais, e embora ainda não definitivamente formalizado, foi possível alcançar uma solução extra judicial, que no entender da Direcção minimiza fortemente os gastos tidos com a realização e manutenção do contrato.

Deste modo, logrou-se alcançar um acordo nos seguintes termos:

- a) Resolução, por acordo entre as partes, do contrato de prestação de serviços que assegurava a manutenção do Campus Aquático, com efeitos a 30 de Junho de 2013 e conseqüentemente a imediata cessação dos pagamentos mensais inerentes a esse mesmo contrato, sem prejuízo de um acerto final, em curso, relativo a reembolso de despesas.

- b) Resolução, por acordo entre as partes, do contrato promessa de compra e venda do imóvel onde se situa o Campus Aquático, com efeitos a 30 de Junho de 2013, com a imediata cessação de qualquer pagamento por parte da FPN, e mediante a devolução, por parte da entidade promitente vendedora, de metade das quantias até essa data pagas pela FPN, a título de sinal. Tendo a Federação, como promitente compradora, liquidado até essa data, a quantia global, como sinal, de 228,651,00 € (duzentos e vinte e oito mil seiscientos e cinquenta e um euros), a entidade vendedora fica assim, nos termos do acordo alcançado, obrigada à devolução da quantia total de 114.325,50 € (cento e catorze mil trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta cêntimos), quantia esta que será paga em 39 prestações mensais e sucessivas até Setembro de 2016, isto é, dentro do período correspondente ao mandato da actual Direcção.

Este acordo, em vias de formalização, prevê ainda uma série de mecanismos jurídicos destinados a acautelar o efectivo cumprimento por parte da entidade promitente vendedora, assim se garantindo, das melhores formas legalmente possíveis e reciprocamente aceites, a defesa dos interesses da FPN.

Em conformidade, solicita-se à Assembleia Geral a ratificação da seguinte decisão da Direcção:

- Resolver, por via extrajudicial e por acordo recíproco das partes, o contrato promessa de compra e venda do imóvel onde se situava o Campus Aquático, em Montemor-o-Velho, mediante a devolução, pela entidade promitente vendedora, da quantia equivalente a metade da quantia liquidada pela FPN, a título de sinal e no âmbito do mencionado contrato promessa, devolução essa a efectivar de forma parcelar até ao final do mandato previsível da actual Direcção (Dezembro de 2016).
- Conferir ao Presidente da Federação, enquanto seu legal representante, todos os poderes necessários à formalização e outorga de todos os documentos necessários à concretização do acordo referido.

A Direcção da FPN

Ata Nº 03/13

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, pelas 15h00horas, no Auditório do Estádio Municipal Magalhães Pessoa em Leiria, reuniu, em segunda convocatória, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Natação, em Sessão Extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto único - Apreciação, discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2014;

No início dos trabalhos e estando a Mesa apenas composta pelo Vice-presidente, Luis Baptista e pelo Secretário, António Moreira, aquele propôs que a Mesa fosse completada com Margarida Dias Ferreira, assessora jurídica, o que foi aceite pela unanimidade dos delegados que então se encontravam presentes (23 delegados). -----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respectivas presenças:

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respectivas presenças: -----

	Nome	Presente	Ausente
1	ALBERTO GASPAR DE OLIVEIRA FILIPE	✓	
2	ALBERTO MOTA BORGES	✓	
3	ALEXANDRE CARMO DA LUZ FERNANDES		✓
4	ALFREDO ANTÓNIO GOUVEIA FERRARIA	✓	
5	ANÍBAL FERNANDO CABRAL PIRES	✓	
6	ANTÓNIO PEDRO GASPAR DAMASCENO	✓	
7	ARSENIY LAVRENTYEV		✓
8	AUGUSTO MOTA DA SILVA		✓
9	AVELINO DA SILVA	✓	
10	CARLOS JOSÉ FURTADO CRUCHINHO		✓
11	CARLOS JOSÉ OLIVEIRA FERNANDES	✓	
12	CARLOS MANUEL MARTINS DE FREITAS		✓
13	ELMANO JOSÉ R. ALMEIDA DE FREITAS		✓
14	FERNANDO ANTÓNIO M. COSTA XAVIER	✓	
15	GONÇALO V. R. ABRUNHOSA E SOUSA		✓
16	JAN GIN QUON		✓
17	JOÃO AUGUSTO SERRA ALEXANDRE		✓
18	JOÃO LUIS DA SILVA LOUREIRO	✓	
19	JOÃO MANUEL MANSO SEQUEIRA	✓	
20	JOÃO PAULO FERNANDES	✓	

21	JOÃO PAULO SOARES RODRIGUES	✓	
22	JOSÉ A.M. CARVALHO PINTO NÓBREGA	✓	
23	MANUEL DA SILVA PEREIRA	✓	
24	MARIA GABRIEL BARROCA		✓
25	MARIA ISABEL LIMA MENDES PINHEIRO		✓
26	MARIBEL SANTOS FERNANDES	✓	
27	MÁRIO ANTÓNIO R. CORREIA PEREIRA	✓	
28	NUNO MIGUEL PRAZERES BATALHA	✓	
29	NUNO RAFAEL CARDOSO ALVES		✓
30	PAULO ALEXANDRE V. REBOCHO AMARAL	✓	
31	PAULO JORGE RIBEIRO MARQUES		✓
32	PEDRO ANDRÉ CARNEIRO MORAIS	✓	
33	PEDRO MIGUEL QUEIROZ MEIRA CRUZ	✓	
34	PEDRO MORTÁGUA SOARES	✓	
35	RUI PAULO LEITÃO BORGES	✓	
36	SIMÃO PEDRO GOMES MORGADO		✓
37	TIAGO MANUEL GRAÇA MOTA E COSTA		✓
38	VERA CRISTINA NUNES COSTA	✓	

No início dos trabalhos estavam assim presentes 23 delegados.-----

O Vice-presidente da Mesa, deu as boas vindas aos delegados presentes. -----

Entrando de seguida na Ordem dos Trabalhos, e em conformidade com o Ponto Um da mesma, deu a palavra ao Presidente da FPN para apresentar o Plano de Actividades e Orçamento para 2014.-----

O Presidente da FPN usou da palavra para apresentar o Plano de Atividades para 2014, e o respetivo Orçamento, acompanhando uma apresentação em suporte digital, em que o orçamento aparece refletido por disciplina, em vez do orçamento financeiro, o que torna mais fácil a sua compreensão por parte dos delegados presentes.-----

De seguida foi aberto o período de discussão. -----

O delegado António Damasceno, pediu mais pormenores sobre qual irá ser o processo de certificação de escolas de natação, e que fosse esclarecida a verba constante do Orçamento de 635.000 euros em deslocações, dada que a mesma pode ser elevada ou não, apenas é necessário especificar. -----

Em resposta, a Direção, através do seu Presidente explicou com detalhe como está previsto o funcionamento do processo de certificação de escolas de natação, e como no seu entendimento ele poderá contribuir, pela melhoria das condições de formação, para o desenvolvimento da modalidade. Com o auxílio da Técnica Oficial de Contas, foi

esclarecido que a verba de deslocações abrange todas as deslocações com a parte desportiva, sendo assim elevada porque compreende muitas participações em competições no estrangeiro. -----

O delegado Carlos Fernandes também questionou sobre o mesmo tema, perguntando até que ponto a taxa de filiação poderia ser reduzida no sentido de dar oportunidade de serem filiadas as escolas de natação, ao que o Presidente da FPN respondeu que nos atuais tempos e não se sabendo ainda, com exatidão, o valor do financiamento público, não poderá estar a prever desde já situações que resultem em diminuição das receitas próprias, ainda que estas sejam residuais. -----

Sobre este tema, o Presidente da FPN realçou ainda a integração definitiva da natação adaptada nos quadros competitivos da FPN após protocolo com a Federação Portuguesa do Desporto para Deficientes e a filiação no Comité Paralímpica, bem como sobre o Protocolo celebrado entre a FPN e a Associação dos Estabelecimentos Ensino Particular e Cooperativo, havendo ainda grande destaque para a nova parceria com o desporto escolar. -----

Relativamente à eventual redução das taxas de inscrição nos Campeonatos de Masters, questão que já havia ficado pendente de análise após a última Assembleia Geral, o Presidente esclareceu que na presente época ainda não seria possível a redução, dadas as reduções efetuadas no financiamento público, de mais do que previsível continuação para o próximo ano. -----

O delegado João Paulo Fernandes referiu temer que a ideia da certificação das escolas de natação acabe por resultar em mais um custo para os clubes. -----

O Presidente esclareceu que sempre foi defensor que a natação se desenvolve por duas formas: pelo alto rendimento e pela base, para isso tem que ser melhorada a qualidade da natação desde o início, e só partindo de um correto ensino se pode obter resultados a longo prazo. -----

Vários delegados pediram alguns esclarecimentos sobre discriminação de algumas rubricas que se encontravam no Orçamento, por exemplo em que consistem os trabalhos especializados e os honorários, tendo a Direção, pedido à Técnica Oficial de Contas que prestasse os devidos esclarecimentos, o que esta fez, explicando a que se destinam essas verbas e esclarecendo que se trata de distinções de acordo com o Sistema Nacional de Contabilidade. -----

O Presidente esclareceu ainda, a pedido de vários delegados, as componentes de verbas de outras rubricas, por exemplo que por exigência do Estado a quem pertence o edifício onde se situa a sede da FPN, terá que passar a ser paga uma renda, que antes não existia. Mais esclareceu que nada tem sido gasto com a sua própria representação internacional. E que pela primeira vez já no próximo Campeonato de Europa de Piscina Curta os atletas vão ser acompanhados por técnicos de recuperação. -----

Não havendo mais inscrições para o debate, foi então o Plano de Atividades e Orçamento para 2014 colocado à votação, registando-se que, cerca das 15h30, enquanto decorria a discussão, se ausentou o delegado Rui Borges, ficando

assim 22 delegados que foram os que participaram na votação, com um total de 22 votos, tendo o mesmo sido aprovado com 21 votos a favor e uma abstenção.-

Nada mais havendo a tratar, o Vice-presidente da Mesa agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca das 16h20, tendo sido lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pelo Secretário da Mesa

Jos. António Baptista
Almeida

Ata Nº 04/13

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, pelas 16h30horas, no Auditório do Estádio Municipal Magalhães Pessoa em Leiria, reuniu, em primeira convocatória, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Natação, em Sessão Extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 – Apreciação, discussão e aprovação da proposta de alteração do artigo 33º dos Estatutos. -----

2 – Apreciação, discussão e aprovação de uma proposta no sentido da harmonização do tratamento fiscal dos pagamentos aos árbitros e juizes de natação, apresentada pelo Delegado António Pedro Gaspar Damasceno. -----

No início dos trabalhos e estando a Mesa apenas composta pelo Vice-presidente, Luis Baptista e pelo Secretário, António Moreira, aquele propôs que a Mesa fosse completada com a Dra. Margarida Dias Ferreira, assessora jurídica, o que foi aceite pela unanimidade dos delegados que então se encontravam presentes (21 delegados).-----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respectivas presenças:

	Nome	Presente	Ausente
1	ALBERTO GASPAR DE OLIVEIRA FILIPE	✓	
2	ALBERTO MOTA BORGES	✓	
3	ALEXANDRE CARMO DA LUZ FERNANDES		✓
4	ALFREDO ANTÓNIO GOUVEIA FERRARIA	✓	
5	ANÍBAL FERNANDO CABRAL PIRES	✓	
6	ANTÓNIO PEDRO GASPAR DAMASCENO	✓	
7	ARSENIY LAVRENTYEV		✓
8	AUGUSTO MOTA DA SILVA		✓
9	AVELINO DA SILVA	✓	
10	CARLOS JOSÉ FURTADO CRUCHINHO		✓
11	CARLOS JOSÉ OLIVEIRA FERNANDES	✓	
12	CARLOS MANUEL MARTINS DE FREITAS		✓
13	ELMANO JOSÉ R. ALMEIDA DE FREITAS		✓
14	FERNANDO ANTÓNIO M. COSTA XAVIER	✓	
15	GONÇALO V. R. ABRUNHOSA E SOUSA		✓
16	JAN GIN QUON		✓
17	JOÃO AUGUSTO SERRA ALEXANDRE		✓

18	JOÃO LUIS DA SILVA LOUREIRO		
19	JOÃO MANUEL MANSO SEQUEIRA		
20	JOÃO PAULO FERNANDES		
21	JOÃO PAULO SOARES RODRIGUES		
22	JOSÉ A.M. CARVALHO PINTO NÓBREGA		
23	MANUEL DA SILVA PEREIRA		
24	MARIA GABRIEL BARROCA		
25	MARIA ISABEL LIMA MENDES PINHEIRO		
26	MARIBEL SANTOS FERNANDES		
27	MÁRIO ANTÓNIO R.CORREIA PEREIRA		
28	NUNO MIGUEL PRAZERES BATALHA		
29	NUNO RAFAEL CARDOSO ALVES		
30	PAULO ALEXANDRE V. REBOCHO AMARAL		
31	PAULO JORGE RIBEIRO MARQUES		
32	PEDRO ANDRÉ CARNEIRO MORAIS		
33	PEDRO MIGUEL QUEIROZ MEIRA CRUZ		
34	PEDRO MORTÁGUA SOARES		
35	RUI PAULO LEITÃO BORGES		
36	SIMÃO PEDRO GOMES MORGADO		
37	TIAGO MANUEL GRAÇA MOTA E COSTA		
38	VERA CRISTINA NUNES COSTA		

Estavam presentes 21 delegados, correspondentes a 21 votos, uma vez que o delegado João Paulo Fernandes, embora ainda tenha assinado a lista de presenças, saiu logo no início dos trabalhos, entregando à mesa os cartões destinados às votações. -----

Perante a verificação do número de Delegados presentes, o Vice-presidente da Mesa referiu que, tal como indicado na convocatória para a assembleia e nos termos estatutários (artigo 49º nº 2), a proposta constante do Ponto 1 só poderia ser discutida, apreciada e submetida a votação se estivessem presentes, pelo menos, 29 (vinte e nove) delegados, o que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) dos delegados que compõem a Assembleia Geral. -----

Não se encontrando presente esse número mínimo exigível para a deliberação de alterações estatutárias, a proposta não foi sequer submetida a discussão, porque tal não teria sentido. -----

Os membros da Mesa solicitaram à Direção que voltasse a incluir a proposta numa outra assembleia-geral futura. -----

Quando o Vice-presidente da Mesa anunciou que passaria à discussão do Ponto 2 da Ordem dos Trabalhos, entrou na Mesa uma proposta subscrita pelo delegado João Manuel Sequeira (que se anexa) no sentido de não ser discutida a proposta do delegado António Damasceno. -----

Seguidamente, o Vice-Presidente da Mesa entendeu dar a palavra ao Delegado António Damasceno para que este apresentasse a proposta constante do Ponto 2 da Ordem dos Trabalhos, uma vez que havia sido o seu proponente. -----

Tomando a palavra, o delegado apresentou os antecedentes e justificações da proposta, referindo que em sua opinião não faz sentido que tenha deixado de haver árbitros filiados na Associação de Coimbra, e que por causa disso os atletas da natação sincronizada tivessem que ir ao Algarve efetuar provas de níveis porque em Coimbra não há árbitros, e por isso pedia que esta matéria fosse alvo de uma deliberação. -----

Foi seguidamente dada a palavra ao delegado João Manuel Sequeira que apresentou a proposta que fica anexa. -----

Após, o Vice-Presidente da Mesa alertou os delegados e designadamente o proponente para que a proposta apresentada não poderia propriamente ser votada como deliberação em sentido próprio, uma vez que as associações têm a sua própria competência e autonomia e a assembleia geral da FPN não tem o poder de aprovar deliberações vinculativas para aquela. Assim, referiu que o assunto poderá ser discutido e, se assim for entendido, a assembleia poderá votar alguma espécie de recomendação sobre os procedimentos a adotar, mas não mais do que isso. -----

O Presidente da FPN, António José Silva, pediu a palavra para uma exposição sobre o assunto e referiu que os problemas dos pagamentos à arbitragem foi mais um tema recebido pela atual Direção. Referiu os diversos pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal, no sentido da urgência em que a FPN resolva os problemas relativos à fiscalidade dos árbitros. -----

O delegado António Damasceno pugnou no sentido de que as associações deveriam assumir o compromisso claro de quando enviarem árbitros à zona da Associação de Coimbra faturarem esses serviços à Associação de Coimbra e posteriormente a forma como fazem os pagamentos aos árbitros já será da responsabilidade de cada um. ---

O delegado Carlos Fernandes referiu que em sua opinião o assunto deveria ser tratado com cuidado uma vez que os órgãos sociais das associações são responsáveis civil e criminalmente pelos actos que praticam. Chamou ainda a atenção para o facto de que os pagamentos feitos aos árbitros podem ser divididos de duas formas, sendo que são coisas diferentes a prestação de serviços e as despesas são outras. Por outro lado, entende que é preciso encontrar soluções que salvaguardem as competições. -----

O delegado João Sequeira esclareceu que apresentou a sua proposta não porque tenha algo contra a proposta do delegado António Damasceno, mas entende não ser este o local próprio para esta discussão. Considera inquestionável que a lei seja para cumprir mas há que ter em conta, com bom senso que cada associação tem a sua

realidade. -----

O Presidente da FPN, referiu que toda a legislação relativa à fiscalidade da arbitragem só tem a ver com os árbitros profissionais, não tem nada a ver com a natação. A lei é a lei. Mas é altamente penosa para os árbitros. Por exemplo um árbitro que esteja no desemprego apresenta uma declaração de rendimentos por causa da arbitragem e pode ter problemas. -----

O delegado Mário Pereira referiu que esta discussão foi pertinente para identificar a polémica que está em causa, mas que não é neste dia que nada vai ser decidido, pelo que o que será lógico será reunir as associações e então definir-se procedimentos para aquilo que seja possível minimizar. -----

O delegado João Loureiro referiu que pensa que algumas associações e/ou delegados podem ainda não estar suficientemente documentados sobre a matéria para fazer a discussão neste lugar, devendo a mesma ser remetida para posterior reunião entre associações, tal como já proposto. -----

A delegada Vera Costa, representante dos árbitros pediu a palavra para lamentar como toda esta situação vem a lume, que se lhe afigura ter sido de uma forma agressiva e pouco esclarecida, uma vez que houve uma associação que resolveu dizer que os árbitros tinham que passar recibos verdes assim sem mais nada. Agradeceu a reunião realizada em Rio Maior, com a presença das técnicas fiscal e jurídica da FPN, e pensa que a FPN deveria pedir ao Governo ou entidades competentes, uma lei de exceção do regime de tributação, para os árbitros de natação, à semelhança do que ocorreu, por exemplo com as bordadeiras da Madeira. -----

O delegado proponente António Damasceno, pediu para retirar a proposta, uma vez que tinha conseguido o seu objetivo que era que o tema fosse discutido entre todos, mas não podendo ser aprovada uma deliberação, não faria sentido manter a proposta em votação. -----

Nada mais havendo a tratar, o Vice-presidente da Mesa agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca das 17h30, tendo sido lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pelo Secretário da Mesa. -----

cf. António Brito
Alvaro